

Conta de luz pode ficar mais cara com novos subsídios ao setor de energia



Descolamento. Especialistas afirmam que os dois PLs não levam em conta as atuais necessidades do setor de energia. Para eles, o Congresso atende a interesses regionais ou de grupos específicos

PROJETOS NO CONGRESSO

IMPACTO DE R\$ 29 BI

Novos subsídios para energia eólica e solar vão encarecer tarifas

BRUNO ROSA

Dois projetos de lei (PLs) em tramitação no Congresso vão onerar ainda mais a conta de luz dos brasileiros. A estimativa é que, caso aprovadas, essas propostas envolvendo o estímulo a eólicas offshore e microgeração distribuída para a população de baixa renda possam gerar um custo extra de ao menos R\$ 28,9 bilhões por ano nas tarifas. Especialistas apontam, no entanto, que os riscos vão além. Há o temor de que os investimentos em segurança e adaptação do sistema interligado não acompanhem o aumento da oferta de energia renovável.

De acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), o impacto do PL das eólicas offshore é de 11% nas tarifas. Já o PL 624 provoca aumento de 2,01% na conta. Segundo Ricardo Brandão, diretor de Regulação da Abradee, ambos os PLs levarão a uma alta estrutural nas tarifas, cujo impacto na conta de energia vai

perdurar até 2050. Os novos projetos chegam ainda em um momento de tarifa em alta. Semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que este mês vai vigorar a bandeira amarela, devido à previsão de uma média de chuvas cerca de 50% abaixo da registrada nos últimos anos, e também pela expectativa de crescimento de consumo. É a primeira vez que isso ocorre desde 2022. Sem considerar a adoção da bandeira amarela, a previsão era que as contas das 52 concessionárias do país tivessem aumento médio de 5,6%, cenário que deve se manter em 2025, apontam especialistas.

CONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA No caso do projeto das eólicas offshore (PL 11.247), que tramita na Comissão de Infraestrutura do Senado, sob relatoria de Weverton Rocha (PDT-MA), especialistas ressaltam que o texto prevê um conjunto de contratações compulsórias de fontes, como térmicas a gás e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), além da

manutenção da operação de usinas a carvão e a construção de plantas de hidrogênio e usinas eólicas na Região Sul. Além disso, a iniciativa amplia período de desconto nas tarifas de transmissão para as fontes renováveis. Para Brandão, da Abradee, são contratações desnecessárias, já que o mercado vive um momento de sobreoferta de energia. Como o PL das eólicas offshore é original do Senado e já passou pela Câmara, a palavra final é dos senadores.

— As contratações com-

pulsórias impactam todos os consumidores. Além disso, com a postergação do prazo para usinas de fonte renovável entrarem em operação com subsídios, provoca forte aumento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, um encargo na tarifa), que é paga pelos consumidores — diz Brandão.

Para Clarice Ferraz, professora da Escola de Química da UFRJ e diretora do Instituto Illumina, os PLs parecem não levar em conta os reais pro-

blemas do setor elétrico: — No caso do PL da eólica offshore, o setor não entende por que dar incentivos para estimular a geração de uma usina no mar, que é três vezes mais cara que aquela em terra.

Já o PL 624 prevê o incentivo da microgeração distribuída, com placas solares, para a população de menor poder aquisitivo, além de criar o Programa Renda Básica Energética (Rebe), em substituição à Tarifa Social.

De acordo com o projeto,

AS MODIFICAÇÕES NA LEGISLAÇÃO EM TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI 11.247

Custo com subsídios e contratação de novas fontes

R\$ 25 bilhões

Impacto nas tarifas até 2050

Amplia em mais 36 meses o prazo para entrada em operação de fontes renováveis, mantendo o desconto de 50% da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)

Fontes: Abradee, PSR e DNS

PROJETO DE LEI 624

Custo proveniente de subsídios

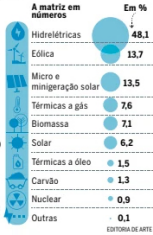
R\$ 3,9 bilhões

Impacto nas tarifas até 2045

Autoriza que usinas de geração centralizada, que já operam no mercado regulado ou no mercado livre, possam pedir reequilíbrio, migrando para a microgeração distribuída

Usinas de microgeração (entre 75kW e 5MW) poderão ser divididas em usinas menores para se enquadrarem como microgeração (até 75kW) e se beneficiarem dos subsídios da modalidade.

Substitui a Tarifa Social (TSEE) pelo Programa Renda Básica Energética (Rebe) com patentes subsidiadas



na microgeração distribuída a população de baixa renda não pagaria pela energia durante o dia. Já o consumo à noite seria pago, o que, para especialistas, pode acabar aumentando os custos para essas famílias, por causa do impacto dos subsídios nas tarifas. Além disso, o texto amplia o prazo para que esses projetos solares sejam incluídos no regime antigo de subsídios.

Todos querem estar conectados ao sistema a um custo menor, onerando o sistema. Com mais opções renováveis, há necessidade de investimento em infraestrutura. No caso do PL 624, como será colocada essa geração distribuída para a baixa renda? Esta não terá mais a Tarifa Social. A leitura é que a pessoa vai economizar de dia, mas de noite como fica, já que será uma energia mais cara via distribuidora? Há dúvidas se isso não vai encarecer a conta — questiona Clarice.

O texto tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e já tem parecer favorável do relator, o senador Sérgio Petecão (PSD-AC). Depois, segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Como o PL é original da Câmara, caso seja alterado no Senado voltará para apreciação dos deputados.

CARGA 'INSUSTENTÁVEL'

Alexei Vivan, diretor-presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), explica que, diferentemente das bandeiras, que funcionam como uma antecipação de cobrança que ocorreria no reajuste tarifário anual da distribuidora, os subsídios são perenes:

— Caso aprovados os PLs, o aumento das tarifas se somará ao custo adicional das bandeiras. Acabam prevalecendo nas Casas Legislativas os interesses regionais ou de grupos específicos, sem uma avaliação mais ampla e prévia de seus impactos.

Vivan afirma que os custos não deveriam recair sobre a população:

— Políticas públicas não deveriam ser financiadas pelos consumidores do setor elétrico. Eventuais subsídios deveriam ser pontuais e financiados com caixa da União. Ou seja, antes de serem criados, deveria haver um consenso com a União de como ela iria pagar ou de onde o recurso sairia, sem afetar o consumidor. Subsídios não deveriam mais ser admitidos, por conta da carga deles nas contas de energia, que já está insustentável.

Procurados, os senadores Sérgio Petecão e Weverton Rocha não retornaram até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15